



**Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial**

**Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública**

OE 2024

SINTESE INFORMATIVA DA EXECUÇÃO DE NOVEMBRO

ÍNDICE

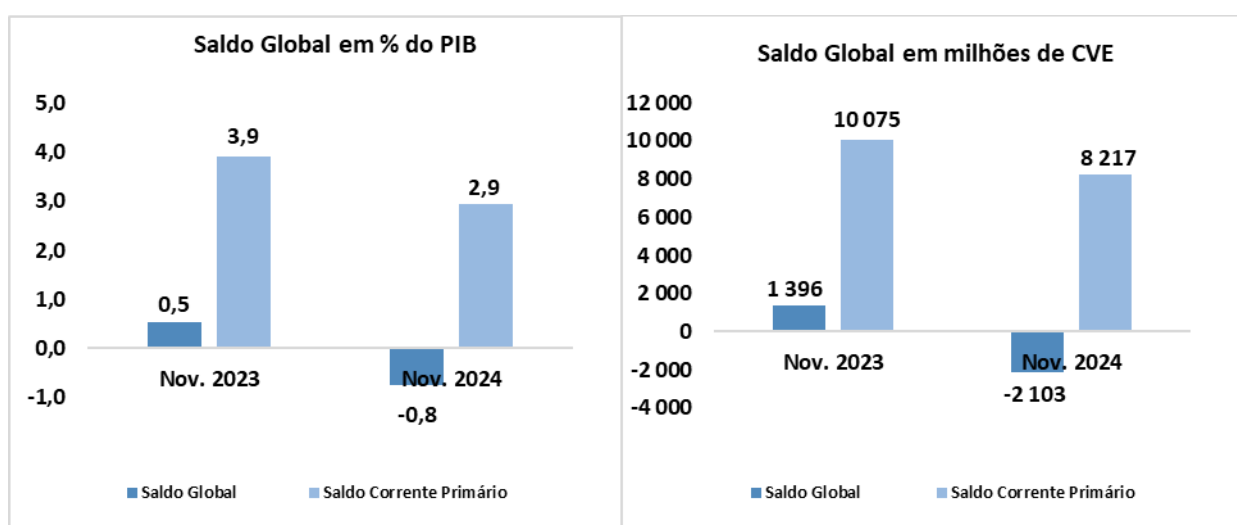
1.	Síntese Geral de Execução Orçamental	3
2.	Análise das Receitas Totais	5
2.1.	Receitas (não inclui venda de ativos)	6
2.2.	Venda de Ativos Não Financeiros	8
3.	Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros	9
3.1.	Por Classificação Económica	9
3.2.	Despesas	9
3.2.1.	Ativos Não Financeiros	12
3.3.	Por Tipo de Financiamento	13
4.	Dívida Pública	14

1. Síntese Geral de Execução Orçamental

O Saldo Global provisório, em novembro de 2024, foi negativo em 2.102,9 milhões de CVE, traduzindo se num défice de 0,8% do PIB. Esse resultado traduziu se num agravamento do défice de 1,3 p.p. comparativamente ao mesmo período de 2023.

Relativamente ao saldo corrente primário atingiu o montante de 8.217,0 milhões de CVE, correspondendo a um superavit de 2,9% do PIB (-1,0 p.p. no período homólogo).

Gráfico 1 - Evolução dos Saldos



Fonte: MFFE/DNOCP

Os resultados provisórios da execução orçamental em novembro de 2024, comparativamente ao mesmo período de 2023, decorrem:

- do aumento das receitas totais em 5,3% (+3.076,9 milhões de CVE), registando uma evolução positiva em diferentes agregados;
- do acréscimo das despesas totais em 10,3% (+5.482,0 milhões de CVE), registando aumento em quase todas as rubricas, com exceção dos subsídios;
- do acréscimo da execução dos ativos não financeiros líquidos em 33,4% (+1.093,6 milhões de CVE), relativamente ao período homólogo do ano transato.

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2023		2024		Grau Exec	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Nov	Orç. Inicial	Nov		
1. Total Receitas	64 238	57 966	77 050	61 043	79,2	5,3
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	58 230	55 852	70 640	59 081	83,6	5,8
Impostos	44 350	45 177	55 281	51 189	92,6	13,3
Segurança Social	71	74	56	79	140,9	6,1
Transferências (donativos)	6 009	2 114	6 410	1 962	30,6	-7,2
Corrente	2 970	1 651	5 888	1 724	29,3	4,4
Capital	3 038	462	521	238	45,6	-48,5
Outras Receitas	13 808	10 601	15 303	7 813	51,1	-26,3
2. Total Despesas	66 108	53 296	74 417	58 778	79,0	10,3
Despesas com Pessoal	24 581	19 121	26 961	20 334	75,4	6,3
Aquisição de Bens e Serviços	14 765	10 183	16 960	11 516	67,9	13,1
Juros Correntes	5 877	5 518	6 238	5 823	93,3	5,5
Subsídios	2 022	2 216	1 870	1 756	93,9	-20,8
Transferências	6 502	5 225	7 867	6 304	80,1	20,6
Corrente	5 899	4 876	7 340	5 936	80,9	21,7
Capital	604	349	527	368	69,9	5,4
Benefícios Sociais	9 143	8 681	10 740	9 624	89,6	10,9
Outras despesas correntes	3 218	1 510	3 780	2 127	56,3	40,9
Valor a regularizar	0	843	0	1 295	0,0	53,7
3. Resultado Operacional Bruto	-1 869	4 669	2 633	2 264	86,0	-51,5
4. Ativos não Financeiros	11 156	3 274	10 810	4 367	40,4	33,4
Compra ativos não financeiros	11 904	3 394	11 532	4 438	38,5	30,8
Venda ativos não financeiros	747	120	722	71	9,8	-41,3
5. Saldo Global (1-2-4)	-13 026	1 396	-8 177	-2 103	25,7	-250,7
Saldo global (em percentagem do PIB)	-4,7	0,5	-3,1	-0,8	-	-
Saldo Corrente Primário	1 573	10 075	8 877	8 217	-	-
Saldo Corrente Primário (em percentagem do PIB)	0,6	3,9	3,4	2,9	-	-
Saldo global Primário (5+juros)	-7 149	6 914	-1 938	3 720	-	-
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-2,6	2,7	-0,7	1,3	-	-
6. Financiamento	13 026	-2 387	8 177	3 162	-	-
6.1 Ativos Financeiros	1 955	199	657	-190	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	194	52	247	452	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-1 851	-460	-516	-13	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	-2 200	-2 002	-2 600	-2 006	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Alienação	2 123		2 311	1 378	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	3 685	2 610	1 215		-	-
6.2 Passivos Financeiros	11 071	-2 586	7 520	3 352	-	-
Interno líquido	6 641	-1 082	6 343	3 631	-	-
Sistema bancário		-425		-1 387	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Aquisições	16 650		15 674		-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações	-9 823		-9 284		-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-187	-74	-47	-54	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV	0	118		287	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito	0	-1 029		-1 054	-	-
Outras operações de tesouraria	0	-3 222		440	-	-
Sistema não bancário	0	941		5 398	-	-
Externo líquido	4 430	-1 505	1 177	-279	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	15 013	6 783	11 970	7 988	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-10 606	-8 288	-10 793	-8 268	-	-
7. GAP Financiamento (5 - 6)	0	-991	0	1 059	-	-

Fonte: MFFE/DNOCP

2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até novembro de 2024 cifraram-se em 61.113,2 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 5,2%, comparativamente ao período homólogo.

Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2023		2024			
	Orç. Inicial	Nov	Orç. Inicial	Nov	Grau Exec	Tax. Hom
Impostos	44 350	45 177	55 281	51 189	92,6	13,3
Imposto único sobre rendimentos	10 968	11 086	12 180	12 861	105,6	16,0
IR-PS	6 923	5 803	7 699	6 415	83,3	10,5
IR-PC	4 045	5 283	4 481	6 447	143,9	22,0
Outros impostos directos	165	620	654	717	109,5	15,7
Tributo Especial Unificado - TEU	132	619	654	715	109,4	15,6
Taxa de Incêndio	33	1	1	1	222,1	69,9
Imposto sobre bens e serviços	23 037	23 509	28 592	26 405	92,4	12,3
Imposto sobre o valor acrescentado	17 939	18 280	21 692	20 610	95,0	12,7
IVA DGA	9 551	9 631	12 904	10 054	77,9	4,4
IVA DGCI	8 389	8 649	8 789	10 556	120,1	22,1
Imposto consumo especial	2 605	2 789	3 672	3 119	84,9	11,8
Taxa de Tabaco	470	379	628	442	70,3	16,7
Contribuição turística	946	1 172	1 471	1 350	91,8	15,2
Taxa ecológica	756	631	800	609	76,1	-3,4
Taxa estatística aduaneira	320	260	327	276	84,3	6,0
Impostos sobre transações internacionais	9 351	9 211	12 914	10 354	80,2	12,4
Direitos de importação	8 991	8 819	12 366	9 947	80,4	12,8
Taxa comunitária CEDEAO	360	392	548	407	74,2	3,7
Outros impostos	829	751	941	852	90,5	13,5
Imposto de selo	769	702	876	806	92,0	14,9
Imposto especial sobre jogos	60	49	65	45	69,8	-7,4
Segurança Social	71	74	56	79	140,9	6,1
Taxa social única	0		0	0	0,0	0,0
Contribuições para a segurança social	71	74	56	78	140,7	6,8
Transferências	6 009	2 114	6 410	1 962	30,6	-7,2
De Governos Estrangeiros	5 225	1 558	5 402	1 441	26,7	-7,5
Ajuda Orçamental	849	110	1 410	22	1,6	-80,0
Ajuda Alimentar	98	96	214	61	28,5	-36,6
Donativos directos	4 278	1 351	3 777	1 120	29,7	-17,1
De Organizações Internacionais	302	205	521	181	34,7	-11,9
Das Administrações Públicas	481	350	487	339	69,7	-3,1
Outras Receitas	13 808	10 601	15 303	7 813	51	-26,3
Rendimentos de propriedade	5 562	4 637	4 619	1 335	28,9	-71,2
Venda de bens e serviços	6 716	5 174	8 258	5 658	68,5	9,4
Multas e outras penalidades	361	375	1 013	441	43,6	17,8
Outras transferências	391	218	456	163	35,8	-25,1
Outras receitas diversas e não especificadas	778	198	958	216	22,5	9,0
Receitas	64 238	57 966	77 050	61 043	79,2	5,3
Ativos e Passivos	747	120	722	71	9,8	-41,3
Ativos não Financeiros	747	120	722	71	9,8	-41,3
TOTAL RECEITAS	64 986	58 086	77 772	61 113	78,6	5,2

Fonte: MFFE/DNOCP, a partir do GRE.

2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

Até novembro de 2024, as receitas arrecadadas totalizaram o montante de 61.042,7 milhões de CVE, registando um acréscimo de 5,3%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta, por um lado, do aumento da arrecadação em sede dos impostos diretos (+16,0%), dos impostos indiretos (+12,4%), da segurança social (+6,1%) e por outro lado da diminuição das transferências (-7,2%) e das outras receitas (-26,3%).

Em relação aos impostos diretos, é de se destacar que o acréscimo 16,0% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre rendimentos das pessoas singulares (IRPS), que se situou, no período em análise, em 6.414,7 milhões de CVE, registando um acréscimo em relação ao mesmo período do ano anterior, na ordem 10,5% (611,4 milhões de CVE), resultante da evolução positiva nas categorias que compõe o imposto. Comparativamente à previsão, verificou-se que o IRPS ficou abaixo do montante previsto, em 642,8 milhões de CVE (-9,1%);
- Imposto sobre rendimentos das pessoas coletivas (IRPC), que se cifrou, no período, em 6.446,8 milhões de CVE, dos quais, 2.947,4 milhões de CVE proveniente do imposto sobre lucro e 3.499,4 milhões de CVE do pagamento fracionado, ficando acima da cobrança registada no período homólogo anterior, em 1.164,1 milhões de CVE (+22,0%) e da previsão, em 2.339,3 milhões de CVE (+56,9%).
- Tributo especial unificado (TEU), registou no período em análise, uma execução de 715,3 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução positiva 96,5 milhões de CVE (+15,6%) comparativamente ao mesmo período do ano anterior, justificado pela dinâmica económica;
- A cobrança da taxa de incêndio (TI) no período em análise atingiu 1,4 milhões de CVE, registando um acréscimo em relação ao mesmo período do ano anterior, na ordem 0,6 milhões de CVE.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 12,4% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o valor acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 20.610,0 milhões de CVE, traduzindo uma evolução positiva de 2.330,4 milhões de CVE (+12,7%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 4,4% (423,0 milhões de CVE) e o IVA-DGCI um acréscimo de 22,1% (+1.907,4 milhões de CVE). Esta evolução positiva reflete o aumento da cobrança registado, essencialmente, nos setores de:
 - alojamento e restauração (+1.078,5 milhões de CVE; +37,1%);
 - indústria transformadoras (+138,1 milhões de CVE; +16,9%);
 - transporte e armazenagem (+130,8 milhões de CVE; +23,0%); e
 - comércio a grosso e a retalho (+117,6 milhões de CVE; +7,0%);

Também, é de assinalar o aumento do número de contribuintes que efetivaram o pagamento do imposto, passando de 2.185 (até novembro de 2023) para 2.330 (até novembro de 2024).

- Contribuição turística – a receita totalizou, no período, o montante de 1.350,1 milhões de CVE, registando um aumento em face ao montante cobrado no mesmo período do ano anterior em (+178,4 milhões de CVE; +15,2%), justificado pelo aumento substancial da procura turística. Em relação à previsão, verificou-se também, uma cobrança acima do montante estipulado para o período em 1,6 milhões de CVE (+0,1%).
- Impostos sobre transações internacionais - essa receita registou um acréscimo de 12,4% (+1.143,0 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. Em termos desagregados e em face ao período homólogo de 2023, verificou-se um aumento na arrecadação do direito de importação na ordem dos 12,8% (+1.128,6 milhões de CVE), justificado pelo aumento do volume da importação e um acréscimo na arrecadação da taxa comunitária CEDEAO de 3,7% (+14,4 milhões de CVE).
- Imposto de selo – a cobrança em sede do imposto totalizou o montante de 806,3 milhões de CVE, dos quais 565,5 milhões de CVE provenientes das operações financeiras e 240,8 milhões de CVE dos atos jurídicos documentados, registando um

acrécimo face ao período homólogo anterior de 104,8 milhões de CVE (+14,9%) e da previsão em 3,3 milhões de CVE (+0,004%).

- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 45,4 milhões de CVE, registando um decréscimo de 3,6 milhões de CVE, face ao período homólogo.
- A taxa estatística aduaneira com uma arrecadação de 275,9 milhões de CVE correspondente a um acréscimo de 15,5 milhões de CVE, quando comparado ao período homólogo.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 1.961,6 milhões de CVE, traduzindo-se num decréscimo de 7,2% (-152,3 milhões de CVE), em face ao desembolso registado no período homólogo de 2023. Esta diminuição decorre das transferências de governos estrangeiros em 117,1 milhões de CVE, das organizações internacionais em 24,3 milhões de CVE e das transferências às administrações públicas em 10,9 milhões de CVE.

No concernente às “outras receitas”, verifica-se um decréscimo de 26,3% (-2.788,0 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela performance das seguintes rúbricas:

- Rendimentos de propriedade (-3.302,0 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela entrada da renda de concessões aeroportuárias que ocorreu em agosto de 2023;
- Venda de bens e serviços (+484,1 milhões de CVE), decorrente da taxa de segurança aeroportuária, da taxa de serviços de secretaria, da taxa de serviços de passaportes e outras taxas; e
- Multas e outras penalidades (+66,8 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de multas por infrações ao código da estrada e juros de mora.

2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

Em novembro de 2024, as receitas provenientes de Ativos Não Financeiros verificaram um decréscimo de 49,7 milhões de CVE comparativamente ao mesmo período de 2023, em face as vendas pontuais registadas no ano passado.

3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros

3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais (incluindo ativos não financeiros), em novembro de 2024, atingiram os 63.216,2 milhões de CVE, registando um acréscimo de 11,5% em relação ao período homólogo de 2023.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2023		2024		Grau Exec.	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Nov	Orç. Inicial	Nov		
Despesas com Pessoal	24 581	19 121	26 961	20 334	75,4	6,3
Remuneração Certas e Permanentes	22 414	18 060	24 728	18 559	75,1	2,8
Segurança Social	2 167	1 061	2 233	1 776	79,5	67,4
Aquisição de Bens e Serviços	14 765	10 183	16 960	11 516	67,9	13,1
Juros Correntes	5 877	5 518	6 238	5 823	93,3	5,5
Dívida interna	2 315	3 048	3 827	2 976	77,8	-2,4
Dívida externa	3 486	2 398	2 313	2 794	120,8	16,5
Outros encargos	77	73	98	53	54,0	-27,4
Subsídios	2 022	2 216	1 870	1 756	93,9	-20,8
Transferências	6 502	5 225	7 867	6 304	80,1	20,6
Governos Estrangeiros	598	198	603	609	101,0	208,2
Organismos Internacionais	474	151	472	122	25,9	-18,8
Administração Pública	5 431	4 804	6 676	5 528	82,8	15,1
Para Outras Entidades		73	117	45	38,2	-39,0
Benefícios Sociais	9 143	8 681	10 740	9 624	89,6	10,9
Outras Despesas Correntes	3 218	1 510	3 780	2 127	56,3	40,9
Valor a regularizar	0	843	0	1 295	0,0	53,7
Despesas	66 108	53 296	74 417	58 778	79,0	10,3
Ativos e Passivos	11 904	3 394	11 532	4 438	38,5	30,8
Ativos não Financeiros	11 904	3 394	11 532	4 438	38,5	30,8
TOTAL DESPESAS	78 012	56 690	85 949	63 216	73,6	11,5

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF

3.2. Despesas

A 30 de novembro de 2024, as despesas (excluindo ativos não financeiros) executadas totalizaram o montante de 58.778,3 milhões de CVE, registando um acréscimo de 10,3% em relação ao executado em 2023. Esta evolução resultou do aumento da execução de despesas nomeadamente, aquisição de bens e serviços (+13,1%), transferências (+20,6%), benefícios

sociais (+10,9%), outras despesas (+40,9%), juros correntes (+5,5%) e da despesa com o pessoal (+6,3%), conjugado com a diminuição dos subsídios (-20,8%), conforme abaixo se apresenta:

- As “despesas com o pessoal” evidenciou um acréscimo na ordem dos 6,3% (+1.213,0 milhões de CVE), decorrente, essencialmente, das despesas com:
 - i. Contribuição para a segurança social (+727,4 milhões de CVE), na decorrência do pagamento das contribuições através da FOS (folha ordenado e salário);
 - ii. Pessoal contratado (+300,5 milhões de CVE), esta execução ocorreu sobretudo nas estruturas, da Educação, da Saúde, das Finanças e do Fomento Empresarial e da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social;
 - iii. Formação (+73,2 milhões de CVE), sobretudo no Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial e no Ministério da Defesa Nacional; e
 - iv. Gratificações Eventuais (+49,6 milhões de CVE), nas estruturas das Finanças e do Fomento Empresarial, da Saúde e do Conselho Superior da Magistratura Judicial.
- A “Aquisição de bens e serviços” registou um acréscimo de 13,1% (+1.333,4 milhões de CVE) relativamente ao período homólogo do ano anterior, resultante do aumento das seguintes sub-rubricas:
 - i. Outros Serviços (+297,6 milhões de CVE), no âmbito da implementação dos seguintes projetos: “Qualificação das Localidades”, “Aldeias Turísticas Rurais”, “Energia Renovável e Melhoria da Eficiência Energética nos Serviços Públicos”, “Promoção Imagem do Turismo”, “Prestação de Atenção Primária”, “Reabilitação da Estrada de Acesso Lombo Comprido - Santo Antão”, “Formação de Guardas Prisionais”, “Reforço ao Sector da Educação”, “Reforço da luta contra as Doenças Prioritárias”, ambos financiados com recursos consignados do Fundo do Turismo e Gestão e Apoio a Inspeção Zoo e Fitossanitária;
 - ii. Deslocação e Estada (+150,9 milhões de CVE), com destaque á Assembleia Nacional, Defesa Nacional, Presidência da República, Gabinete do Primeiro Ministro e Ministério da Saúde.

- iii. Assistência Técnica - Não Residentes (+145,3 milhões de CVE), na sequência dos projetos “Preparação Projeto Cabo Verde Digital”, “Passaporte Eletrónico - PEC”, “Capital Humano- Setor Educação”, “Dgpog - Cooperação Técnica”, “Cartão Nacional de Identificação – CNI”, “Harmonização e Melhoria das Estatísticas na Africa Ocidental”, “Capital Humano- Promoção de Emprego” e Formação”;
 - iv. Honorários (+131,8 milhões de CVE), com destaque aos setores da Saúde, da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social, da Agricultura e Ambiente, da Educação e do Turismo e Transportes;
 - v. Comunicação (+102,8 milhões de CVE), com valores mais significativos nos Ministérios das Finanças e Fomento Empresarial, da Saúde, da Justiça, da Agricultura e Ambiente; e
 - vi. Energia Elétrica (+98,8 milhões de CVE), como consequência da recentragem do tempo médio do pagamento, sendo essa execução com maior ênfase nos setores da Saúde, da Educação, das Finanças e do Fomento Empresarial, da Administração Interna e do Conselho Superior da Magistratura Judicial.
- A despesa com os juros registou um acréscimo de 5,5% (+304,3 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2023, resultado do aumento das despesas com os juros da dívida externa em 16,5% (+396,5 milhões de CVE) e da diminuição da componente interna em -2,4% (-73,3 milhões de CVE).
 - Os “Subsídios” registaram um decréscimo de 20,8% (-459,8 milhões de CVE), em face aos subsídios transferidos no mesmo período de 2023, justificado pela descontinuidade das medidas de política para reforçar a resiliência do sistema petrolífero e do sistema alimentar face a escalada de preços a nível internacional.
 - Os “Benefícios Sociais” aumentaram 10,9% (+943,2 milhões de CVE), decorrente do aumento atribuído pelo Governo às pensões, nos termos do número 5 do artigo 10º da Lei do OE 2024, bem como da dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, traduzindo num aumento dos encargos com as pensões de aposentação

em 6,5% (+347,6 milhões de CVE), pensões de sobrevivência em 13,6% (+50,2 milhões de CVE), pensões do regime não contributivo em 3,3% (+62,9 milhões de CVE).

- As “Transferências” tiveram um agravamento de 20,6% (+1.078,7 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, impulsionado pelo aumento das despesas na rubrica “Municípios corrente” em 23,8% (+844,9 milhões de CVE), no âmbito do acordo de crédito novos bloco residencial Sal e Boavista, Desembolso da 2ª requalificação Praia Curraletes decorrente dos contratos programas financiados pelo Fundo de Desenvolvimento do Turismo”, “Outros Transferências Correntes” em +372,7 milhões de CVE, “Municípios Capital” em +156,9 milhões de CVE e “Id Outros Transferências” em +38,2 milhões de CVE.
- As “Outras Despesas Correntes” apresentaram um acréscimo de 40,9% (+616,9 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2023, justificado pelas rubricas: Prestação Dívida Acumulada (+160,9 milhões de CVE), Organizações Não Governamentais (+111,2 milhões de CVE), Indemnizações (+82,5 milhões de CVE), Bonificação de juros (+74,2 milhões de CVE), Bolsas de estudo e outros benefícios educacionais (+59,6 milhões de CVE), Outras Despesas Residual (+39,8 milhões de CVE) e Id Outras Correntes (+31,8 milhões de CVE).

O valor da despesa por regularizar, em novembro, situou-se na ordem dos 1.295,0 milhões de CVE, que são posteriormente regularizadas, que decorrerá no processo de consolidação das contas públicas.

3.2.1. Ativos Não Financeiros

A execução dos “Ativos Não Financeiros” ascendeu ao montante de 4.437,8 milhões de CVE, registando uma variação positiva em termos absolutos, de 1.044,0 milhões de CVE, comparativamente à execução de 2023.

O montante executado decorre, essencialmente, nas seguintes unidades orçamentais: “Programa de Reabilitação, Requalificação Urbana e Acessibilidades” com uma execução de 748,5 milhões de CVE, “Terminal de Cruzeiros” com uma execução de 592,8 milhões de CVE, “Melhoria da Conectividade e das Infraestruturas Urbanas - Reforçar a Conectividade e a

Resiliência dos Transportes” com uma execução de 338,8 milhões de CVE; “Habitações Sociais” com uma execução de 315,5 milhões de CVE; “Construção da nova escola da Várzea” com uma execução de 215,8 milhões de CVE; “Turismo Resiliente e Desenvolvimento da Economia Azul em Cabo Verde/Mihot” com uma execução de 185,6 milhões de CVE; “Preparação Projeto Cabo Verde Digital” com uma execução de 167,7 milhões de CVE”; “Aquisição de bens e serviços” com uma execução de 160,5 milhões de CVE; “Dessalinizadora da Boavista” com uma execução de 137,1 milhões de CVE; “Construção e Reabilitação de Infraestruturas Desportivas” com uma execução de 76,0 milhões de CVE; “Parque Tecnológico” com uma execução de 67,3 milhões de CVE e “Recentragem de Gestão de Ativos” com uma execução de 66,4 milhões de CVE.

3.3. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento das despesas executadas, nota-se que 91,6% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 8,4% com recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante 1.786,1 milhões de CVE, sendo os financiadores com maior execução, o Luxemburgo com 725,1 milhões de CVE, a ECF – Empréstimos com 111,0 milhões de CVE, a EC Nações Unidas com 104,1 milhões de CVE, o Banco Mundial com 93,3 milhões de CVE, a *Nama Facility-Giz* com 90,2 milhões de CVE, o *Global Environment Fund* com 77,5 milhões de CVE, o Banco Europeu de Investimento com 61,3 milhões de CVE, a União Europeia com 58,9 milhões de CVE, o P.N.U.D. com 57,4 milhões de CVE e a O.M.S. com 54,8 milhões de CVE.
- Os empréstimos externos ascenderam, a 3.469,0 milhões de CVE, equivalente a 65,3% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para os projetos, com destaque a “Terminal de Cruzeiros” (592,8 milhões de CVE); “Produção Alimentar de Urgência-2PAU” (396,8 milhões de CVE); “Preparação Projeto Cabo Verde Digital” (368,8 milhões de CVE); “Melhoria da Conectividade e das Infraestruturas Urbanas - Reforçar a Conectividade e a Resiliência dos Transporte” (338,8 milhões de

CVE); “Turismo Resiliente e Desenvolvimento da Economia Azul em Cabo Verde/Mihot (185,6 milhões de CVE); “Energia Renovável e Melhoria da Eficiência Energética nos Serviços Públicos” (170,6 milhões de CVE); “Harmonização e Melhoria das Estatísticas na Africa Ocidental” (168,2 milhões de CVE); “Dessalinizadora da Boavista” (137,1 milhões de CVE) e “Capital Humano - Setor Educação” (133,3 milhões de CVE).

Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Financiamento	OE	Outubro	Grau Exec.	Peso %
Interno	73 124	57 904	79,2	91,6
Tesouro (Rec. Int.)	71 753	57 336	79,9	99,0
OFN	1 371	568	41,4	1,0
Externo	12 824	5 312	41,4	8,4
Donativo	4 394	1 786	40,6	33,6
Empréstimo	8 388	3 469	41,4	65,3
Ajuda alimentar	42	57	135,9	1,1
Total da Despesa	85 949	63 216	73,6	100,0

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

4. Dívida Pública

Em 30 de novembro de 2024, o *stock* da dívida pública, atingiu o montante de 306.874,6 milhões de CVE, cabendo à dívida interna 100.046,9 milhões de CVE (35,8% do PIB) e à dívida externa 206.827,7 milhões de CVE (73,9% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB atingiu os 109,7%, cerca de 3,9 p.p. abaixo do registado em novembro de 2023.

Quadro 5 – Evolução da Dívida Pública

(em milhões de CVE)

	novembro 23	novembro 24	Var. Hom	% PIB/23	% PIB/24
Estoque Global	292 845,1	306 874,6	4,8	113,5	109,7
Dívida Interna	92 769,4	100 046,9	7,8	36,0	35,8
Dívida Externa	200 075,8	206 827,7	3,4	77,6	73,9

Fonte: MFFE/DGT